



MÉRITO INDÍGENA

Sertanista devolve a medalha da discórdia

Sydney Possuelo, uma das maiores autoridades do país sobre os povos nativos, considerou uma ofensa entrega da honraria a Bolsonaro, que já sugeriu que o Exército brasileiro deveria ter “dizimado” índios

» TAINÁ ANDRADE

O sertanista Sydney Possuelo, ex-presidente da Funai e uma das maiores autoridades sobre a questão indígena do país, devolveu, ontem, a Medalha do Mérito Indígenista, que recebeu há 35 anos. O gesto foi em protesto à concessão da honraria ao presidente Jair Bolsonaro (PL), que em várias oportunidades se colocou contra os direitos dos povos originários — como, por exemplo, quando criticou a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal (STF) não acatar a tese do novo marco temporal da demarcação das terras indígenas.

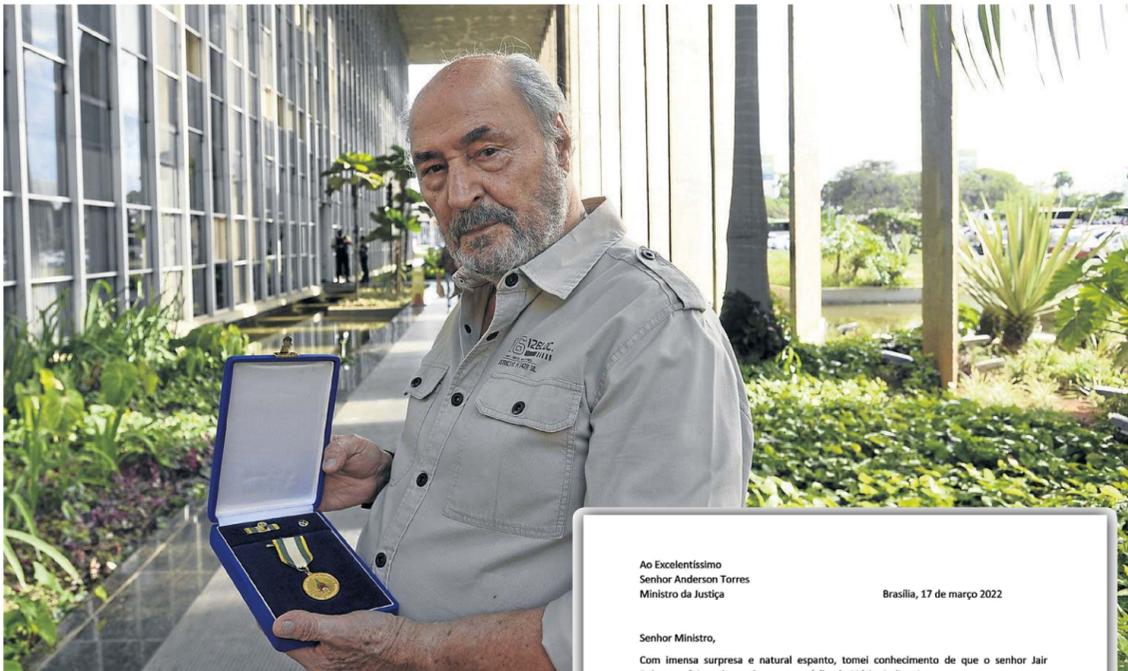
Possuelo esteve no Ministério da Justiça não apenas para protocolar a devolução da honraria, mas também para deixar uma carta (veja ao lado a reprodução) endereçada ao ministro Anderson Torres — que assinou a portaria concedendo a medalha a Bolsonaro e a outros integrantes do governo. O sertanista afirmou que se sentiu “ofendido” ao receber a mesma homenagem entregue a alguém que, segundo ele, faz campanha contra a demarcação e propõe a mineração industrial dentro das reservas.

“A Constituição, no artigo 231, determina e dá um prazo para as demarcações. Ele (Bolsonaro), em sua campanha (eleitoral de 2018), disse que não ia demarcar. É uma ação contra os povos indígenas. Fiquei pensando: se eu me senti ofendido, quem dirá aqueles que dedicam a vida a essa eterna defesa da causa”, salientou.

Atrocidades

Na carta para Anderson Torres, Possuelo lembra que os povos autóctones foram vítimas de atrocidades. E destacou um ataque feito pelo presidente, quando ainda era deputado federal, que, de acordo com o sertanista, ofende a memória do marechal Cândido Mariano Rondon — que, entre outras defesas da

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Possuelo lamentou ter de devolver a medalha recebida em 1987. “Cair na mão de pessoas erradas esse prestígio é desonroso”

causa indígena, estimulou a criação do Parque Nacional do Xingu — e o Exército.

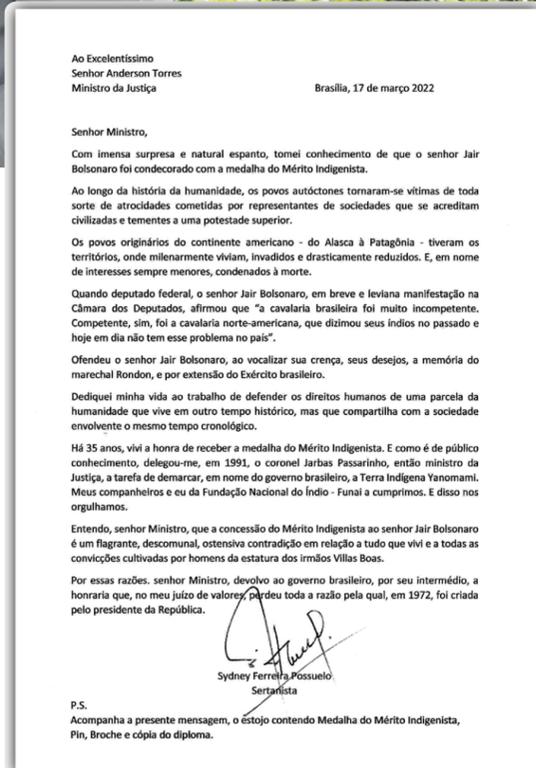
“Entendo, senhor ministro, que a concessão do mérito indígenista ao senhor Jair Bolsonaro é um flagrante, descomunal, ostensiva contradição em relação a tudo que vivi e a todas as convicções cultivadas por homens da estatura dos irmãos Villas-Bôas”, diz um trecho da carta.

Para Possuelo, é importante chamar a atenção para a política anti-indigenista do atual governo. “Essa política é a pior de todas. Os que aceitaram e foram alardeados, todos concordam com essa política que o governo vem adotando. Tenho a medalha há 35 anos com orgulho e, de repente, vejo que ela está desmanchando”, lamentou.

Possuelo recebeu em 1987 a comenda, criada em 1972, no

governo do general Emílio Médici. “Foram 48 anos de indigenismo e sou muito grato à vida por ter dado a oportunidade de trabalhar com índios. A convivência com eles abre a cabeça e o coração para sentimentos perdidos na sociedade. Cair na mão de pessoas erradas esse prestígio é desonroso”, criticou.

O etnógrafo é o último representante e um grupo de estudiosos liderado pelos irmãos Orlando, Cláudio e Leonardo Villas-Bôas. Possuelo viveu por mais de 50 anos na selva amazônica. Por ser uma das maiores autoridades do país em povos isolados da região, quando presidiu a Funai promoveu uma série de ações para proteger essas comunidades de atividades predatórias, como a exploração ilegal de madeira e o garimpo irregular.



Na carta a Anderson Torres, o sertanista considera que Bolsonaro ofendeu o Exército e o Marechal Rondon

Valter Campanato/Agência Brasil



Ribeiro: exame em linha com novas diretrizes do ensino médio

EDUCAÇÃO

Ministério atualiza o Enem

» MARIA EDUARDA CARDIM
» MARIANA ALBUQUERQUE*

O Ministério da Educação anunciou, ontem, as mudanças que serão realizadas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de 2024. O novo teste valorizará mais as questões discursivas e permitirá que o estudante escolha qual prova fará das quatro áreas de interesse que estarão disponíveis. A ideia é promover uma atualização do certame e adequá-lo aos avanços da educação.

“Com a implementação do novo ensino médio, iniciado em 2022, nossos estudantes estão experimentando um processo educacional mais atualizado com as demandas do mundo do trabalho. O ensino médio mudou e o Enem também precisa se atualizar. Queremos que todos os estudantes tenham uma formação geral básica robusta, com ênfase em língua portuguesa e matemática”, explicou o ministro da Educação, Milton Ribeiro.

O modelo atual, que divide o

exame em duas etapas, com uma prova por dia, será mantido, e haverá atualizações no formato de correção. O primeiro dia de testes será igual para todos os estudantes, com questões de português e matemática, além da redação.

Mas é no segundo dia do Enem que está a primeira grande alteração: ao candidato será facultada a escolha da prova que fará, com base no curso superior que tem interesse, de quatro grupos de questões: 1) linguagens, ciências humanas e sociais aplicadas; 2) matemática, ciências da natureza e suas tecnologias; 3) matemática, ciências humanas e sociais aplicadas; e 4) ciências da natureza, ciências humanas e sociais aplicadas.

Questões abertas

Outra mudança é a presença de questões abertas e discursivas nas provas, que, hoje, são objetivas por serem no formato de múltipla escolha. Além disso, pelas novas normas, a avaliação do domínio do inglês ocorrerá

de forma integrada com a área de linguagens e suas tecnologias.

“Pode ter uma questão de história com o texto escrito em língua inglesa para o estudante avaliar”, exemplificou o secretário de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), Mauro Rabelo.

O novo Enem promoverá, ainda, a transição gradual para as provas digitais, embora os testes em cadernos de papel continuem sendo oferecidos até que seja garantido o acesso tecnológico a todos os participantes. O exame avançará na utilização de novas tecnologias na elaboração de perguntas e para agilizar a correção das provas, de forma a acelerar a divulgação dos resultados.

O MEC criará, também, o Comitê de Governança do Enem — que pretende garantir “previsibilidade, transparência e aperfeiçoamento” do exame.

* Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

COVID-19

Queiroga a Fux: novo status virá sem pressa

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, se reuniu, ontem, com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux para tratar da alteração da emergência sanitária provocada pela pandemia de covid-19 no país. Mas, diferentemente do que disse o presidente Jair Bolsonaro (PL), Queiroga assegurou que a visita não foi para tratar da alteração do status de pandemia para endemia — quando passa-se a conviver com o vírus.

Segundo interlocutores dos ministros, Queiroga procurou Fux para evitar ruídos com o Judiciário e comunicar que a pasta da Saúde pretende seguir em frente com o plano de reconhecer o status de endemia. Ele assegurou a Fux que não deseja fazer a alteração de forma “abrupta” e, por isso, tem se encontrado com os chefes dos Poderes para evitar retaliações de parlamentares e derrotas no Supremo, caso a adoção do conceito de endemia seja judicializado.

“Temos um cenário de desaceleração da covid na maior parte do país e, em alguns estados e municípios, já rumando para uma situação de controle. Dentro desse contexto, discutimos a duração da emergência sanitária de importância nacional. As pessoas, às vezes, confundem com transformar a pandemia em endemia. Isso não é prerrogativa do ministro. O que faço, dentro da lei, é definir a duração da emergência em conformidade com o regulamento sanitário internacional”, afirmou na saída do Supremo. O encontro de Queiroga com Fux durou cerca de 30 minutos e o advogado-geral da União, Bruno Bianco, também participou.

Na última quarta-feira, Bolsonaro afirmou em entrevista à uma emissora de tevê que Queiroga vai decretar o “fim da pandemia” no início de abril. Segundo o ministro, o plano do governo é reduzir a classificação de pandemia, mesmo sem o aval da Organização Mundial da Saúde (OMS), que não emitiu normas nesse sentido.

Porém, especialistas alertam que há um efeito simbólico ao baixar os status da doença — quem implicaria praticamente na derrubada de todas as medidas de proteção, como o uso de máscaras e o distanciamento social.

Máscara derrubada

Por sinal, o governador de São Paulo, João Dória, anunciou, ontem, a liberação do uso de máscaras de proteção em locais fechados no estado. Ele atribuiu a medida ao avanço da vacinação e à queda nas internações. A medida tem aplicação imediata, mas o uso obrigatório do acessório permanece para unidades de saúde, hospitais e transporte público.

A flexibilização em ambientes abertos já havia sido autorizada por Dória no último dia 9. Para a liberação, o governador disse que especialistas levaram em consideração o índice de vacinação com duas doses no estado, que atingiu a meta definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde (MS) de 90% da população acima de cinco anos imunizada.

